

Canal de Moçambique

Fides

CORRETOR DE SEGUROS

Predio 33 Andares
Rua da Imprensa | Maputo

www.canal.co.mz

100 Meticals

Maputo, quarta-feira, 05 de Junho de 2024

Director: Fernando Veloso | Ano 14 - N.º 869 | N.º 771 Semanário

Jean Boustani fala das dividas ocultas e seus meandros

"Foi um golpe de Estado"

● "Tenho uma carta datada de 14 de Janeiro de 2013, assinada pelo actual presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, onde valida os empréstimos. Tenho fotos de responsáveis moçambicanos a visitar o 'site', dezenas de cartas e 'emails' onde os empréstimos são mencionados com total clareza. O FMI foi enganado? Tenho discussões entre António Carlos do Rosário, chefe da Inteligência Económica de Moçambique, e o representante do FMI em Maputo, onde são discutidos estes mesmos empréstimos."



Págs 02, 04, 17

● "O FMI é o exército americano com o dólar na mão em vez dos porta-aviões. Querem transformar os países africanos em escravos económicos. Este país, que tinha tudo para ser o 'Quitar de África', agora corre o risco de se tornar uma segunda Síria."

publicidade

5 Junho
Dia Mundial do
Meio Ambiente

MANICA



manicaterminals.co.mz

São as pequenas atitudes que podem mudar o mundo!

PRESERVE O MEIO AMBIENTE!

June 5th, World Environment Day
Small attitudes can change the world!
PRESERVE THE ENVIRONMENT!

Destagues



Editorial

A lição sul-africana

As eleições legislativas da semana passada na África do Sul trouxeram um conjunto de lições, quando Moçambique se prepara para o mesmo exercício eleitoral em Outubro próximo. E a África do Sul não só partilha fronteiras com Moçambique, mas a nossa incapacidade colectiva tornou-nos, sem razão objectiva, dependentes do oxigénio que vem da África do Sul em toda a linha.

Os resultados eleitorais obtidos pelo Congresso Nacional Africano (ANC) não fogem muito ao quadro geral de erupção e corrosão que os movimentos de libertação estão a ter, com o surgimento de um novo tipo de eleitores que não têm qualquer compromisso com as chantagens emocionais da gesta libertária e os apelos psicológicos às agruras da administração colonial.

Há um fenómeno que todos os países dirigidos pelos movimentos de libertação têm de lidar com ele: o grosso dos eleitores é constituído por jovens, a maioria eleitoral nasceu na final da década de 90 e princípio da década de 2000, sem qualquer compromisso histórico e ideológico; e cresce numa sociedade de informação, ainda que não seja das plataformas tradicionais. Por exemplo, na África do Sul, quem votou pela primeira vez nasceu em 2006.

Numa conta básica, pensemos no seguinte: estes novos eleitores, quando começaram a entender questões mais ou menos sérias, o que, no nosso quadro, se atinge com o mínimo de 16 anos de idade, já era o ano de 2022. E as referências do ano de 2022 não têm nada a ver com a luta de libertação ou com a luta contra o Apartheid. A sociedade de informação dessa época é sobre como é que os movimentos de libertação têm sido incapazes, três décadas depois, de liderar uma política transformacional de criação de condições básicas para que as pessoas possam levar as suas vidas em frente.

No caso da África do Sul, o referencial desses rapazes e raparigas que atingiram a idade eleitoral em 2024 é a incapacidade do ANC de prover algo básico como a energia eléctrica. Não há nenhum discurso contra os gribões do Apartheid ou qualquer outro muito próximo daquele que vá convencer estes jovens de que um país que é uma das maiores economias de África tenha problemas de energia. E quem fala de energia fala de todos os problemas reais que afectam directamente o dia-a-dia desses jovens, como é o caso da educação, o desemprego e a saúde.

O partido no poder na África do Sul, pela primeira vez em 30 anos, perdeu a maioria absoluta no parlamento e precisa de uma coligação para indicar o Presidente da República e, consequentemente, formar Governo.

Há uma grande tentação de se assumir que o maior resultado do ANC está directamente ligado ao surgimento, há seis meses, do partido de Jacob Zuma. É uma via tentadora, mas Jacob Zuma é apenas um elemento que foi inflacionado na equação do descrédito e da incapacidade do ANC em responder aos problemas reais dos cidadãos sul-africanos.

Isto para dizer que, se não surgisse o uMkhonto we Sizwe, o partido de Jacob Zuma, esses votos obviamente iriam para algum lugar que não fosse o ANC. É um voto punitivo da arrogância e da insensibilidade e, pela sua natureza, não segue um manifesto que lho é apresentado, segue uma saturação e um desejo de ver coisas novas, ainda que sejam a impreparação. Mas esse voto

tem uma validade: assume que as coisas não vão ficar piores do que já estão. Se não fosse Zuma, seria uma outra organização qualquer, ou até mesmo o partido da minoria branca, a Aliança Democrática, que teve bom resultado graças à incompetência das sucessivas políticas destrutivas do ANC e graças a uma falta de serviço de estabilidade nos locais onde até agora governa.

Lá como cá, a questão central é que esses períodos de libertação perderam por completo os termos de referência, e as suas chantagens do passado glorioso valem quase zero para quem tem um problema concreto de prato variado e de falta de perspectiva causada pela ausência de um projecto concreto de construção ou melhoria da sociedade.

A diferença entre a África do Sul e outros países à sua volta, incluindo Moçambique, é que a agenda destrutiva dos libertadores, ainda não liquidou por completo o Estado. Com todas as suas deficiências, a África do Sul ainda tem um Estado mínimo. É capaz de organizar um processo eleitoral limpo, onde são declarados vencedores os que foram efectivamente a preferência dos eleitores.

E não é preciso dar crédito aos sul-africanos negros e brancos, que, apesar de toda a vandalização que foi feita ao país, conseguiram manter partes nevralgias do Estado a funcionar em plano. E são essas partes funcionares do Estado que fazem com que África do Sul ainda seja viável e ainda se possa dar ao luxo de sonhar com dias melhores.

A forma como as eleições foram organizadas e no meio da intriga em que as mesmas se desenvolveram, estava servida a receita para um verdadeiro caos, num país onde a estrada da violência tem poucos centímetros de asfalto. Mas a Comissão Eleitoral foi capaz de organizar um processo em que, em vinte e quatro horas, fomos capazes de saber, sem margens para dúvidas, quem havia vencido e como havia vencido.

E, nessa perspectiva, a África do Sul continua a ter uma saída que se depender das pessoas de bem, o país pode voltar a reorientar-se com o caminho da civilização e do progresso. E aqui é onde reside a grande sorte que a África do Sul tem e que muitos países à volta não têm: poder ainda contar com um Estado que é capaz de decidir, na medida do que um homem vale, a sua recompensa.

É impossível, no caso moçambicano, por exemplo, alguém formar um partido viável sem que o Estado ao serviço dos que se acham insubstituíveis não se mobilize na sua máxima força em actos sancionatórios contra esse partido e contra essa pessoa. Seria possível um fenómeno igual ao de Jacob Zuma em Moçambique? Quase impossível. O máximo que ira conseguir é ter os seus voos aldrabados e ser totalmente ridicularizado pelos órgãos eleitorais e pelo Conselho Constitucional, que funcionam como instrumentos dissuasores e para dar exemplo a quem ousa ser alternativo ao Estado do caos.

Este é o grande valor que as eleições da África do Sul trouxeram, o de se afirmar como um país que não sucumbiu à fatalidade da agenda da destruição e que é capaz de dar sinais de vitalidade das instituições do Estado e transmitir aos cidadãos que a mudança e a alternativa podem estar muito mais próximos do que se possa pensar e que o Estado ainda está ali para recompensar os que se esforçam por ultrapassar os limites.

Canal de Moçambique

DUMBA



Descubra mais motivos para se sentir inspirado

Para mais informações consulte o balcão ou ligue para +258 87682445 | +258 833724973 | +258 856861882
Visite-nos em comunidadeumtica.mz



Opinião



uMkhonto we Sizwe!

Prof. Alexander E. Gibalo

[illegible][illegible]

Não te preocupes, é o teu primeiro ano de faculdade..

For Service Representative

...já está assado a chapa de
compartimento da cozinha
que sempre prepara a sopa
para os alunos. Quando começa a pro-
cessar, o aroma do cozido se espalha
na sala, e os alunos se sentam em fila na
cadeira. Quando começa a ferver, os
cozinhos sempre trazem para eles a
sopa quente e os alunos se sentam em
fila na cadeira. Quando começa a
fervor, os cozinhos sempre trazem para
eles a sopa quente e os alunos se
sentam em fila na cadeira. Quando
começa a ferver, os cozinhos sempre
trazem para eles a sopa quente e os
alunos se sentam em fila na cadeira.

[illegible]

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
GABINETE DE GESTÃO DE ACTIVOS

EDITAL Nº 01/MEF/GGA/2024

O Gabinete de Gestão de Activos torna público que nos **dias 11 e 12 de Junho de 2024**, pelas **09:30h**, no Auditório "B", 1º andar direito, edifício do Ministério da Economia e Finanças, sito Av. Julius Nyerere n.º 449/469, realizar-se-á a venda de activos apreendidos por meio de leilão com 30% de desconto do valor da avaliação. Entre os bens a serem leiloados existem veículos, mobiliários, electrodomésticos, contentores, geradores, entre outros.

O edital do leilão, bem como a relação dos ativos com a designação, características, preço de licitação e localização dos ativos, podem ser adquiridos ou consultados na Direção Nacional do Patrimônio do Estado – Gabinete de Gestão de Ativos, 8º andar, Torre “A”, do Edifício do Ministério da Economia e Finanças, na página eletrônica do Gabinete de Gestão de Ativos: <https://www.gestaotativos.gov.br> opção “Leilão”.

Maputo, 28 de Maio de 2024

EDITAL Nº 02/MEF/GGA/2024

O Gabinete de Gestão de Activos torna público que no **dia 18 de Junho de 2024**, pelas 09:30h, no Auditório "B", 1º andar direito, edifício do Ministério da Economia e Finanças, sito Av. Julius Nyerere n.º 449/469, realizar-se-á Sessão de Abertura do CONCURSO PÚBLICO por arrendamento de 4 (quatro) imóveis destinados ao funcionamento de Postos de Abastecimento de Combustível, localizados na Província de Soala.

Os editais de arrendamento e seus anexos com a designação, características, prepo de licitação e localização dos activos, podem ser adquiridos ou consultados na Direcção Nacional do Património do Estado – Gabinete de Gestão de Activos, 8º andar, Torre “A”, do Edifício do Ministério da Economia e Finanças, na página electrónica do Gabinete de Gestão de Activos: <https://www.gestaoactivos.gov.mz/opcao/Leilao>

Maputo, 28 de Maio de 2024

EDITAL Nº 03/MEF/GGA/2024

O Gabinete de Gestão de Activos torna público que no **dia 19 de Junho de 2024**, pelas 09:30h, no Auditório "B", 1º andar direito, edifício do Ministério da Economia e Finanças, s/o Av. Julius Nyerere n.º 449/469, realizar-se-á Sessão de Abertura do CONCURSO PÚBLICO para seleção e contratação de imobiliária especializada em gestão de arrendamento, controlo, guarda e conservação de imóveis aprendizados.

Os editais de arrendamento e seus anexos com a designação, características, preço de licitação e localização dos ativos, podem ser adquiridos ou consultados na Direção Nacional do Património do Estado – Gabinete de Gestão de Ativos, 8º andar, Torre “A”, do Edifício do Ministério da Economia e Finanças, na página eletrónica do Gabinete de Gestão de Ativos: <https://www.gestaoativos.gov.mt/opcao/Leilao>

Maputo, 28 de Maio de 2024

Nacional

Falta de pagamento de horas extraordinárias

Alunos em Gaza ameaçam juntar-se aos seus professores na contestação contra o Governo

Claudio Sauter

sauter@canaldefm.com

Os alunos das Escolas Secundárias da província de Gaza ameaçam juntar-se aos professores nas reivindicações ao Governo devido à falta de pagamento de horas extraordinárias e factor 1,5 das horas 2020, 2023 e 2024. Os alunos dizem que, nos próximos dias, o Governo não resolve a situação dos seus professores, não engrossar a lista das manifestações que decorrem em algumas províncias como Maputo, Gaza e Namúbia.



Em Setembro de 2022, o pagamento dos subsídios referentes às horas extras e factor 1,5 foi subitamente interrompido, sem qualquer explicação clara sobre a data de retomada. Esta situação estende-se até ao presente ano, acumulando uma dívida considerável. Duas vezes e 18 dias em 2022, três o ano de 2023 (10 meses), todos o primeiro trimestre de 2024. Em diversos encontros com a Direção da escola, Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia e outras entidades, os professores buscaram esclarecimentos sobre o atraso nos pagamentos. Apesar das promessas de que o assunto está a ser tratado, ou que "estamos a trabalhar no assunto", nenhuma solução concreta foi apresentada.

Os professores acreditam que esta falta de respostas satisfatórias gerou grande insatisfação e frustração entre os professores, que se sentem abandonados e desvalorizados. Dizem também que a situação se agravou com a declaração do primeiro-ministro, Adriano Mafurisa, na Assembleia da República, quando afirmou que o Governo já havia pago 70% das horas extraordinárias na Função Pública, mas que o pagamento para o sector da Educação ainda estava pendente apenas para 2023.

Segundo a carta, o colectivo de professores da Escola Secundária "Mariano Nguabiri" apelou às autoridades competentes para que fossem tomadas as medidas necessárias para assegurar o pagamento das horas extraordinárias em dívida. "A continuidade das actividades lectivas e o bem-estar do corpo docente dependem da resolução célere e transparente desta situação", afirmam.

A governadora ainda não respondeu à carta da Escola Secundária "Mariano Nguabiri". Os professores da Escola Secundária "João Chissano" também se juntaram à greve geral dos professores com horas extraordinárias, não vão entregar o aproveitamento do primeiro trimestre e não vão reunir o Conselho de Avaliação, vão paralisar as aulas no segundo trimestre, não vão permitir o acesso

Nacional

"Excelência em virtude de..."

...manifestações levadas a...

...cabo pelo colectivo dos pro...

...fessores da Escola Secundária...

...João Chissano" não tem...

...logado um resultado palpável...

...devido à inércia das instâncias...

...competentes e inusitado do diálogo...

...o colectivo vem, nos termos do Artigo 1 da Lei...

...9%, de 18 de Junho, anunciar...

...uma greve com duração de 30...

...dias prorrogáveis, suscitando-se...

...com os seguintes factos e fundam...

...entamento: A Escola Secundária...

...João Chissano é uma instituição que funciona com...

...14 docentes, e, desse número, 2...

...e os restantes lectivos acresce...

...da carga horária obrigatória, o...

...que se configura em horas ex...

...traordinárias e factor 1,5", diz a...

...carta dos professores, a qual c...

...ópia. O Canal de Mocimboa...

...teve acesso.

...Segundo a carta, o paga...

...mento das subsídios de horas...

...extraordinárias e factor 1,5...

...dos docentes foi subitamente...

...interrompido em Setembro de 2022...

...e, apesar da interrupção desta...

...subsídio, a escola continua a atribuir aos professores...

...uma carga horária com horas...

...extraordinárias e factor 1,5, em...

...2023 e, actualmente, em 2024.

...Os docentes, apesar de sucessivos...

...anos sem o pagamento das suas...

...legítimas subsídios, nunca deixaram de honrar com...

...zelo, ética e dedicação os seus...

...compromissos com os educandos.

...As dívidas, a falta de palavra, a...

...acumulação de contas não pagas...

...não só não são bonitas como são...

...perigosas na vida dos docentes,...

...culminando em problemas que geram...

...maus resultados, em descomentamento", diz a carta.

...Adressando que, desde 2022...

...está agido, embora exclusivamente...

...plausível foi dado aos docentes pe...

...los. Entretanto, no final do mês de Fevereiro...

...uma equipa do Ministério da Economia e...

...Finanças, em coordenação com o Ministério de Educação e...

...Desenvolvimento Humano, trabalhos na referência escola, para fazer o...

...levantamento do efectivo da verificação...

...dessas subsídios de horas extraordinárias. Fendo o...

...trabalho, resultou em nada. "Esta...

...mesma equipa esteve a fazer o mesmo...

...trabalho em outras escolas, e por esse...

...motivo, os subsídios referentes ao ano...

...de 2022 foram pagos, com excepção de...

...algumas escolas, particularmente na...

...província de Gaza e, especificamente,...

...per lacunas do Estado".

...O Canal de Mocimboa...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...



Água da Namaacha
água mineral natural - spring mineral water

1,5L

A ESSÊNCIA DA VIDA
MADE BY MONTES E BOMBOS

Uma parceria de
com
Canal de Moçambique

Canal do Seguro
Dinilo Ernesto Couva Júnior

O dever de Informação do tomador do seguro de viagem na fase pré-contratual

1. Justificação do dever de Informação
O dever de informação do tomador do seguro é muito mais do que uma simples obrigação pre-contractual. É a base de todo o contrato de seguro, sendo de tal modo importante a importância do Tomador do Seguro para o contrato de seguro, assim como a importância do seguro para o segurado, que a informação sobre o seguro é essencial para a tomada de decisão de contratar o seguro.

2. Assunto e objeto do seguro
Assunto e objeto do seguro implicam o conhecimento da natureza do seguro e a identificação do segurado. A informação sobre o seguro implica toda e qualquer informação relevante para a tomada de decisão de contratar o seguro.

3. Dever de Identificação
A identificação do Tomador do Seguro visa fundamentalmente obter a sua identidade, para, entre outras coisas, possibilitar a emissão de documentos necessários para a contratação do seguro.

4. Dever de Informação
Mas, além do nome, género, endereço, idade, estado civil, estado de saúde, profissão, ocupação, etc., o Tomador do Seguro deve fornecer toda a informação relevante para a tomada de decisão de contratar o seguro.

5. Dever de Informação
O dever de informação do Tomador do Seguro implica a prestação de toda a informação relevante para a tomada de decisão de contratar o seguro.

6. Dever de Informação
O dever de informação do Tomador do Seguro implica a prestação de toda a informação relevante para a tomada de decisão de contratar o seguro.

7. Dever de Informação
O dever de informação do Tomador do Seguro implica a prestação de toda a informação relevante para a tomada de decisão de contratar o seguro.

8. Dever de Informação
O dever de informação do Tomador do Seguro implica a prestação de toda a informação relevante para a tomada de decisão de contratar o seguro.

9. Dever de Informação
O dever de informação do Tomador do Seguro implica a prestação de toda a informação relevante para a tomada de decisão de contratar o seguro.

10. Dever de Informação
O dever de informação do Tomador do Seguro implica a prestação de toda a informação relevante para a tomada de decisão de contratar o seguro.

GANHE UMA VIAGEM DE SONHO À Turquia

MANTENHA O SEU PACOTE ZAP ACTIVO DE 30 DE MAIO A 10 DE AGOSTO.

TEMOS 115 VIAGENS PARA OFERECER

zap novelas A TURQUIA MAIS PERTO!

ZAP TV

Canal de Empresas e Marcas

BCI oferece material informático a EPC "4 de Outubro"

O BCI ofereceu, na semana passada, material informático à Escola Primária Completa "4 de Outubro", no distrito de Buzi, na província de Maputo. O acto de entrega decorreu na sala da escola, na presença de alunos, professores, líderes comunitários e membros do Governo local.



No ocasião, o representante do BCI, Plácido Siqueira, afirmou que o BCI interpreta a sua responsabilidade social como um compromisso com o país e com as diversas comunidades em que está inscrito.

"A forma de expressar este nosso posicionamento traduz-se através de actos de natureza muito diversa, e o apoio a projetos e iniciativas sociais é relevante em vários domínios, como a

educação, a saúde, a inovação, o empreendedorismo, com os quais o Banco se identifica", afirmou Plácido Siqueira. E disse também: "Temos consciência dos desafios enfrentados por esta instituição, daí a nossa contribuição e envolvimento como Banco, através do apoio que estamos a prestar". E acrescentou: "A nossa expectativa é que o material respondia às necessidades desta importante instituição de ensino".

Canal de Empresas e Marcas

Em Beane e Massingao

"Millennium bim" inova com novo conceito de balcão

O "Millennium bim" reafirma o seu compromisso com a inovação ao lançar um novo conceito de balcão no distrito de Beane, na província de Maputo, e no distrito de Massingao, na província de Inhambane. Estas novas infra-estruturas refletem o modelo de atendimento bancário, combinando um serviço centrado no cliente com soluções multidimensionais, tecnológicas e contemporâneas. Este novo conceito reflete a empresa do "Millennium bim" no desenvolvimento do sector bancário e na resposta à crescente procura de soluções digitais. As inovações na área da banca eletrónica garantem consistência e acessibilidade aos serviços bancários, proporcionando aos clientes total autonomia.



Entre as diversas inovações, destacam-se os novos sistemas de gestão de filas, que aumentam a eficiência e a especialização no atendimento, garantindo rapidez e co-

gestação. Estes sistemas permitem aos clientes caberem o tempo de espera e o número de pessoas à sua frente, eliminando a necessidade de permanecer na fila. Além disso, a imple-

mentação do precário digital facilita a consulta atualizada dos preços dos serviços bancários, promovendo a autonomia e uma gestão eficiente do tempo e contribuindo para a sustent-

bilidade ambiental através da redução do consumo de papel. A área de "Self-Banking", integrada ao espaço do balcão, oferece comodidade e segurança aos clientes, permitindo-lhes realizar transações de forma autónoma, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Este espaço é vigilado por câmaras de segurança, assegurando que os clientes possam realizar as suas operações bancárias com conforto e proteção contra condições climáticas adversas. Com estas inovações, o "Millennium bim" reforça a sua posição no mercado, demonstrando um forte compromisso com a satisfação e conveniência dos seus clientes, e promovendo o desenvolvimento contínuo do sector bancário em Moçambique.

Nyusi inaugura rede eléctrica em Manica

O Presidente da República, Filipe Nyusi, inaugurou recentemente a Rede Eléctrica do posto administrativo de Manica, na província de Manica. Este projeto, avaliado em cerca de 48 milhões de meticais e financiado pelo Governo de Moçambique, criou quarenta e cinco postos de trabalho durante sua implementação, sendo trinta e cinco a nível local e dez de pessoal técnico do empreiteiro.

No ocasião, o Presidente da República disse que a chegada de energia da Rede Eléctrica Nacional a Manica impulsionará o uso de infra-estruturas de saúde e ensino, melhorando significativamente a qualidade de vida da população. "Com energia elétrica, diversos serviços e equipamentos funcionarão com regularidade, constituindo um passo importante no acesso à informação digital e aos meios de comunicação, abrindo espaço para o impulso financeiro pelos serviços disponíveis", afirmou.



viduais interviram", afirmou. O projeto de Manica inclui a construção de 20 quilómetros de linha de média tensão e 5 quilómetros de rede de baixa tensão. Foram instalados 125 candeeiros da iluminação pública e três pontos de transferência, utilizando 100 VVA de potência, o que assegurou a ligação de 200 consumidores, dos 200 previstos no primeiro fase. Esta linha abrange, no seu percurso, a sede do posto administrativo de Manica, em

Manica, e o povoado de Inhambane, na província de Tete. A província de Manica possui 34 postos administrativos, dos quais vinte e seis estão eletrificados e oito aguardam eletrificação através da Rede Eléctrica Nacional e sistemas isolados.

Atualmente, estão em curso obras de eletrificação nos postos administrativos de Mungira, no distrito de Guro, e Buzi, no distrito de Tamarit. O Presidente da República

Presidente do Conselho de Administração do INSS contacta com contribuintes e beneficiários em Tete

O presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Segurança Social, Kabir Ibrahim, deslocou-se à periferia de Tete para avaliar o grau de execução da planificação prevista para o presente ano. Este plano inclui o Plano Económico e Social de 2024 referente à Delegação Provincial de Tete. Durante a sua visita, Kabir Ibrahim realizou encontros com diferentes agentes do mercado local, destacando-se os parceiros sociais. Após os encontros das atividades realizadas pela Delegação do INSS em Tete, o presidente do Conselho de Administração do INSS visitou a Hidroelétrica de Cahora Bassa, no Songo, e a "CVL Moçambique", na cidade de Tete, que é uma empresa que se dedica à extração de carvão mineral. Kabir Ibrahim

saudou o contributo dessas grandes empresas para a estabilidade e sustentabilidade do sistema de Segurança Social e disse que a vida financeira da instituição e dos seus parceiros sociais, incluindo empregadores, representados pelo Conselho Empresarial Provincial de Tete, e sindicatos, através da Organização dos Trabalhadores de Moçambique Central Sindical (OTM-CS) e da Confederação dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILIMO). No distrito de Cahora Bassa, o presidente do Conselho de Administração do INSS visitou a obra de construção do futuro posto de atendimento do INSS na vila de Songo e realizou uma visita à Delegação Distrital do INSS de Moatize.



Na cidade de Tete, Kabir Ibrahim visitou pessoalmente os serviços de prestação de serviços e ofereceu-lhes palavras de incentivo e estímulo. Na ocasião, disse que

o INSS continuará a prestar atenção especial aos prestadores, assegurando o pagamento regular das suas

prestações e o fornecimento de outros tipos de apoio, conforme a situação de cada um.

Canal de Empresas e Marcas

MISA treina advogados em litigação sobre as Liberdades de Imprensa e de Expressão

O MISA Moçambique capacitou, na semana passada, em Maputo, 20 advogados em estratégias de litigação e advocacia sobre as Liberdades de Imprensa e de Expressão. Os capacitados são todos membros da Rede de Advogados do MISA Moçambique, responsáveis em lidar com as violações das Liberdades de Imprensa, em todo o país. Desde 2019 que o MISA tem trabalhado em estreita colaboração com uma rede de advogados, distribuídos em cada uma das províncias de Moçambique, para lidar com casos de violações das liberdades de imprensa. De 11 advogados no início, a rede passou, em 2022, para 20, com a inclusão e capacitação de mais nove advogadas. São estes advogados que, na semana passada, foram treinados em litigação/advocacia para a defesa de casos sobre violações das Liberdades de Imprensa, de Expressão e do Direito à Informação. A capacitação de dois dias, 30 e 31 de Maio, marcou o início da implementação de um projecto em parceria com o Internacional Media Support (IMS), com o financiamento da União Europeia (EU), e visa contribuir para a criação de meios de comunicação social independentes, resilientes e pluralistas, comprometidos em transmitir informações confiáveis ao público.



blico. Alerta falando na abertura do evento de dois dias, o presidente do MISA Moçambique, Jeremias Langa, aproveitou o momento para alertar sobre as múltiplas ameaças contra as Liberdades de Imprensa e de Expressão, em Moçambique. "Relatórios nacionais e internacionais têm demonstrado uma regressão constante nessas áreas, com um aumento significativo de violações registadas em 2023", disse. O presidente citou o relatório do MISA sobre o estado das Liberdades de Imprensa, de Expressão e do Direito à Informação em 2023, indicando que o país passou de 11 casos em 2022 para 28 casos em 2023. "Esses números reflectem não apenas um aumen-

to quantitativo, mas também uma intensificação das tensões, especialmente associadas às eleições autárquicas ocorridas no ano passado" acrescentou o presidente do MISA. Jeremias Langa ressaltou que as autoridades autárquicas têm sido apontadas como responsáveis por muitas dessas violações, com ataques contra jornalistas, ameaças, intimidações, danificação de material e até mesmo assassinatos de profissionais da comunicação social. Além disso, prosseguiu, têm-se verificado constantes processos judiciais injustos contra jornalistas. De acordo com o presidente do MISA, esse contexto é agravado pela digitalização e multiplicação de influenciado-

res negativos, tanto nacionais quanto internacionais, que impõem novas pressões sobre o papel dos jornalistas, incluindo ameaças online, discursos de ódio e falta de dados. Neste contexto desafiador, destacou o presidente do MISA, o workshop da semana passada tinha um papel fundamental não apenas na capacitação dos advogados, mas também na reafirmação do compromisso com a defesa das liberdades fundamentais. Reafirmação de compromisso. Por seu turno, o representante da União Europeia no evento, Abel Piquera, enfatizou o compromisso da UE em fortalecer a capacidade da sociedade civil, dos meios de comunicação e dos jornalistas para fornecer informações

fiáveis ao público. Enfatizou, ainda, que as Liberdades de Imprensa e Expressão são pilares essenciais para a construção de sociedades democráticas justas e respeitadoras dos Direitos Humanos. "A litigação estratégica é uma ferramenta importante para unir esforços, fazer advocacia conjunta e contestar práticas políticas que impedem o pleno exercício destas liberdades. O workshop representa, portanto, não apenas uma oportunidade de aprendizagem, mas também um momento de reafirmação do compromisso de combate às violações das Liberdades de Imprensa, de Expressão e do Direito à Informação, em Moçambique" afirmou. Por seu turno, Ilda Tembe, membro da rede de advogados do MISA Moçambique, baseada na província de Tete, incentivou a toda a classe jornalística a ter coragem de denunciar qualquer forma de violação, seja física, psicológica ou mesmo danos ao material de trabalho utilizado no exercício de suas funções. Para a advogada, a denúncia de tais violações não apenas protege os próprios jornalistas, como também é essencial para promover a transparência, a responsabilização e, por essa via, a Liberdade de Imprensa, em Moçambique.

Canal de Moçambique

"Hollard Moçambique" expande benefícios para trabalhadores de pequenas e médias empresas

A "Hollard Moçambique" anunciou uma expansão da sua oferta de benefícios aos trabalhadores de pequenas e médias empresas no país. Num esforço para inovar e diversificar o seu portfólio de seguros, a empresa introduziu novos produtos que oferecem cobertura ampla a preços mais acessíveis.

O destaque desta expansão é o esquema de cobertura "três em um", que proporciona aos trabalhadores benefícios por morte, invalidez e funeral, além da já existente cobertura obrigatória de acidentes de trabalho. Este novo pacote de seguros visa aumentar a segurança e tranquilidade dos empregados de pequenas e médias empresas, que frequen-

temente encontram dificuldades em obter seguros adequados, devido ao custo elevado.

A iniciativa da "Hollard Moçambique" é uma resposta estratégica às necessidades das pequenas e médias empresas, que são vitais para a economia do país. Ao oferecer seguros mais acessíveis e completos, a "Hollard Moçambique" espera apoiar as empresas de menor

porte, assegurando que os seus trabalhadores tenham acesso a uma protecção sólida e ampla.

"Estamos comprometidos em fornecer soluções que atendam às necessidades específicas das pequenas e médias empresas em Moçambique", disse um porta-voz da "Hollard Moçambique". "O nosso novo esquema de cobertura visa não só proteger os trabalhadores, mas

também oferecer uma tranquilidade adicional aos empregadores, sabendo que os seus funcionários estão bem amparados."

Com esta oferta, a "Hollard Moçambique" reforça a sua posição como líder no sector de seguros no país, demonstrando um compromisso contínuo com a inovação e a satisfação das necessidades dos seus clientes.

Canal de Moçambique